

AS DINÂMICAS DA ÁFRICA NAS RELAÇÕES MUNDIAIS: DO AFRO-PESSIMISMO PARA O AFRO-OTIMISMO?

Sharkdam Wapmuk¹
Oluwatooni Akinkwotu²

Introdução

O presente artigo argumenta que a África nunca existiu isolada da política mundial, mas esteve inevitavelmente imbricada nas dinâmicas e no fluxo de eventos e mudanças de configuração do poder global. Arquivos históricos confirmaram que houve contatos, interações e um fluxo tanto de ideias quanto de bens entre a África, a Europa, a Ásia e as Américas. Se os contatos históricos do continente com o resto do mundo representaram ‘uma maldição ou uma bênção’ tem sido alvo de uma série de debates (Adekaye 2010). As questões africanas contribuíram para moldar o mundo, e a África, por sua vez, foi, e continua sendo, moldada pelos processos e estruturas internacionais. O estudo da África nas relações mundiais tem indubitavelmente atraído interesse acadêmico. Contudo, a maioria dos estudos sobre o continente, especialmente nas últimas duas décadas, tiveram como tendência a narrativa pessimista – crise, guerra, pobreza, desastres naturais, corrupção, doenças e fome, criminalidade, degradação ambiental, má administração de recursos naturais e crises de governança (Zartman 1995). Alguns chegaram a descrever o continente como um ‘caso perdido’, um ‘continente obscuro’ e o ‘fardo do mundo’ (The Economist 2000). Os africanos têm resistido vigorosamente a esta narrativa, a qual tende a negligenciar as realidades históricas de ‘violação’ da África através

1 Departamento de Estudos e Pesquisa, Divisão de Política Africana e Integração, Instituto Nigeriano de Relações Internacionais, Lagos, Nigéria. E-mail: sharksnaw@yahoo.com.

2 Departamento de Estudos e Pesquisa, Divisão de Política Africana e Integração, Instituto Nigeriano de Relações Internacionais, Lagos, Nigéria. E-mail: oluwatooni.a@googlemail.com

da escravidão, do colonialismo, da dependência econômica e do contínuo domínio por instituições internacionais de governança global (Banco Mundial, FMI e OMC) e do envolvimento e influência externa das grandes potências no continente.

Assim, as interpretações acerca do lugar e do papel da África nas relações mundiais se encontram entre aqueles que perderam completamente a esperança no continente – os Afro-pessimistas –, e aqueles que torcem por um melhor futuro para a África – os Afro-otimistas (Clark 2013). Ambos os pontos de vista devem considerar a realidade histórica da emergência e da existência da África, bem como os elementos de continuidade e de mudança nas relações dos Estados africanos com o resto do mundo. Devido à falta de fé na África por parte das antigas potências, a emergência de novas potências econômicas, como China, Índia e Brasil, que buscaram se engajar com a África em termos de ‘parcerias’, ‘benefícios mútuos’, ‘história comum’ e ‘negociações de ganhos mútuos’, foi vislumbrada com um novo senso de otimismo. O engajamento entre a África e as novas potências econômicas emergentes foi interpretado de variadas formas, com alguns definindo-o como a ‘nova partilha da África’ – sugerindo que não se mostra tão diferente da antiga partilha do continente pelas potências europeias.

Nos últimos anos, a narrativa tem se transformado para falar em ‘Emergência Africana’, ou seja, que a África não é mais um continente ‘sem esperanças’, mas um vasto continente permeado por ricos recursos naturais e humanos, cujas perspectivas não estão apenas aumentando, mas sendo crescentemente reconhecidas pelo mundo. Ainda assim, deve ser observado desde o início que estudos sobre a África nas relações internacionais tenderam a focar nas políticas externas de que os Estados africanos lançaram mão em suas negociações com o mundo externo. Ao mesmo tempo que reconhecendo a centralidade desta abordagem para examinar a África nas relações mundiais, deve ser considerado que o sistema internacional mais amplo, em grande medida, “moldou a África – particularmente as formas de poder estatal no continente” (Taylor and Williams 2004). Concomitantemente, o lugar da África nas relações mundiais está sendo moldado por atores não-estatais, especialmente instituições financeiras internacionais (IFI), ONGs humanitárias e de desenvolvimento, e corporações transnacionais. Somado às forças da globalização, o local da África nas negociações internacionais está também sendo formado por organizações internacionais. Particularmente, estas incluem organizações internacionais estabelecidas por Estados africanos, como a Organização da União Africana (OUA)/União Africana (UA), o Banco de Desenvolvimento Africano e organizações regionais como blocos de construção para a integração regional e para o desenvolvimento.

Nossa tarefa neste artigo é examinar e discutir como as relações africanas contribuem para moldar o mundo e como a África, por sua vez, está sendo moldada por processos e estruturas internacionais. Dessa forma, o presente artigo vai buscar examinar a África nas relações mundiais da escravidão ao colonialismo; soberania, Estados africanos e política internacional; África e a economia política global; África e organizações internacionais, particularmente a ONU; relações africanas com as potências econômicas tradicionais e emergentes, e o futuro da África na política mundial.

A África nas Relações Mundiais – Da Escravidão ao Colonialismo

Argumenta-se que a África não evoluiu isoladamente antes da colonização europeia. O continente, assim como algumas partes do mundo, teve de se adaptar a invasões e a regras imperiais. A África foi igualmente submetida a influências religiosas, notadamente ao Islã e ao Cristianismo. Os africanos participaram da economia internacional anteriormente ao colonialismo. Por volta do século XV, o continente havia construído fortes rotas comerciais marítimas e terrestres com os árabes, os asiáticos e os europeus. As atividades comerciais com os mercadores europeus abriram as portas para a entrada das potências coloniais europeias, que desejavam controlar as atividades no continente africano. Os portugueses, os holandeses, os franceses e os britânicos estabeleceram postos de trocas em diversas partes da África. Nos séculos XVIII e XIX, inúmeros postos de trocas podiam ser encontrados ao longo da costa africana, com os europeus engajados na compra de ouro, de marfim e, posteriormente, no comércio transatlântico de escravos. O comércio transatlântico de escravos ocorreu através do Oceano Atlântico, do século XV ao XIX. O comércio de escravos no Atlântico foi significativo na transformação dos africanos de um pequeno percentual da população global de escravos em 1600 até uma maioria absoluta por volta de 1800. Os portugueses, que se encontravam entre os que chegaram precocemente à África, se voltaram à escravização de africanos para cultivar açúcar e outros em suas plantações. A escravidão em grande medida afetou negativamente a demografia e a economia da África, enquanto que, para a economia europeia, “marcou o amanhecer cor-de-rosa da era da produção capitalista” (Marx 1867). Mesmo após sua abolição, os efeitos do comércio transatlântico de escravos da África não podem ser varridos para longe, uma vez que constituíram a destruição da cultura, da língua e da religião, sustentando um legado de racismo. Esta situação, contudo, seria dramaticamente alterada na segunda metade do século XIX.

A partilha da África deu um enfoque mais nítido à competição imperial para o acesso às terras africanas (Thompson 2010). Por razões econômicas, estratégicas e culturais, acordos foram ratificados na Conferência de Berlim de 1884-85, sediada pelo Chanceler alemão, Otto von Bismarck, e esta reunião proporcionou uma divisão da África esculpida pelas potências europeias (Adekaye 2010). Apenas o império da Etiópia e o território da Libéria escaparam desta partição. A França tomaria posses no Norte, no Oeste e Centro da África; a Grã-Bretanha reivindicou o Oeste, o Leste e a África central e austral; Portugal centrou suas reivindicações nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; o Rei Leopoldo da Bélgica recebeu o Congo; a Itália almejava ter controle sobre a Líbia, a Eritreia e parte da Somália; a Espanha fez o mesmo no norte do Marrocos, no Saara espanhol e na Guiné espanhola; enquanto isso, a Alemanha ganhou áreas no sudoeste e no leste do continente, bem como em Camarões e no Togo. A Alemanha, entretanto, viria a perder suas possessões em consequência de sua derrota na Primeira Guerra Mundial.

O impacto do colonialismo no subsequente ambiente político, econômico e sociocultural foi extensivo. Elementos desta herança colonial, de particular importância, são: a incorporação da África na economia política internacional como um participante fraco, a imposição de fronteiras arbitrárias; o reforço ao Estado não-hegemônico; a fraca conexão entre o Estado e a sociedade civil; a promoção de uma elite estatal africana com baixo grau de escolaridade para a busca de desenvolvimento; a construção de economias exportadoras especializadas; e a ausência de instituições políticas de governança fortes.

Soberania, Estados Africanos e Política Mundial

Pan-Africanistas como Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Nnamdi Azikiwe, Obafemi Awolowo, Jomo Kenyatta e muitos outros forneceram liderança nos movimentos nacionalistas em seus respectivos países, mediante o esforço que, afinal, forçou as potências europeias a concederem independência aos países africanos. Mesmo após a independência, os Estados africanos e as fronteiras artificiais criadas permaneceram como produtos diretos da colonização europeia. A descolonização, portanto, caracterizou uma mudança revolucionária nas bases estatais da África. Líderes africanos adquiriram direitos de soberania independentemente das condições ou perspectivas políticas e socioeconômicas das colônias por eles herdadas. Como Estados recém-independentes, eles buscaram defender seu status soberano na política internacional. O sistema internacional, e particularmente a Organização das Nações Unidas (ONU), colaborou para

estabelecer e preservar um grande número de novos Estados independentes da África. Mudanças ocorreram nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, durante a qual o colonialismo se tornou uma aberração. Iniciando-se no final da década de 1940, com a independência das Filipinas, da Índia, do Paquistão, da Indonésia, do Sri Lanka e de alguns outros Estados asiáticos, um movimento mundial em direção à independência de todas as colônias ganhou força.

Quando o colonialismo perdeu sua legitimidade, os movimentos de independência não puderam parar até que todas as colônias se tornassem soberanas. A comunidade internacional, centrada na ONU, veio a substituir o colonialismo como a estrutura de ajuda moral, legal e material que mantinha a África. A Organização da União Africana (OUA), que foi formada em 1963, primordialmente para promover a unidade e preservar as jurisdições territoriais herdadas da era colonial, reforçou a estrutura de apoio externa de legitimidade internacional mediante a proibição do uso da força e da subversão para enfraquecer a independência dos Estados-membros. Posteriormente à independência, as fronteiras artificiais e parcamente demarcadas de vários países eram consideradas como a maior fonte de potenciais conflitos e de instabilidade política (Ikome 2012). Isto resultou em debates acalorados sobre revisar ou manter as fronteiras coloniais. No entanto, a OUA/OA optou por manter o caráter sagrado das fronteiras coloniais, a fim de evitar a possibilidade de caos e anarquia derivados de contestações fronteiriças. Apesar desta decisão, conflitos de fronteiras se tornaram uma fonte de instabilidade e de conflito.

Embora os conflitos intraestatais pareçam ter tomado o lugar dos interestatais como a principal fonte de instabilidade no continente desde o final dos anos 1980, as perspectivas de conflitos fronteiriços desestabilizadores são ainda bastante reais, particularmente à luz do contínuo crescimento da população africana, o qual é acompanhado por recursos econômicos e oportunidades escassas e por altos níveis de migração e de mudanças climáticas. Houve, desde as independências, recorrentes invasões, ocupações, problemas com refugiados, incidentes fronteiriços e outros embates internacionais. Por exemplo, a invasão da Tanzânia à Uganda para derrubar o regime de Idi Amim, entre 1978-79; a forçada ocupação marroquina de grandes áreas do Saara Ocidental desde 1976; a prolongada guerra entre a Somália e a Etiópia acerca de uma região disputada; invasões no sul do Zaire em 1977 e, novamente, em 1978, por separatistas, em uma aparente tentativa de tomar o controle político da Província de Shaba, rica em cobre; a Guerra Civil Nigeriana de 1967-70; e contestações entre o Sudão e o Sudão do Sul. Alguns governos têm sérias dificuldades em exercer controle sobre suas jurisdições territoriais em

razão de adversários internos e externos. Tal é o caso da Angola, do Chade, da Somália, da Serra Leoa, da Libéria, da Nigéria e de outros países com rebeldes ou senhores da guerra locais, e insurgentes.

A África nas Organizações Internacionais: a ONU como a Organização Mundial de Maior Universalidade

Independentemente de seus objetivos, de sua localização, de sua quantidade de membros ou de sua distribuição geográfica, as Organizações Internacionais são criadas, sobretudo, como resultado daquilo que podemos descrever como uma ampla complementaridade de interesses entre os membros. Os Estados africanos pertencem a pelo menos uma ou outra organização, como a OUA/UA, a ONU e a Commonwealth, sendo estas essencialmente desenhadas para complementar os esforços estatais na promoção e na consolidação de seus interesses nacionais. Na ausência de um “governo global” para regular o comportamento dos Estados na sua busca por poder, os Estados usam a diplomacia como um instrumento chave, a fim de assegurar uma ordem no sistema internacional que os permitiria promover seus interesses nacionais. Assim, as organizações internacionais fornecem aos Estados africanos a oportunidade de conduzir sua diplomacia multilateralmente e de, por sua vez, promover uma cooperação interestatal, bem como valores e interesses compartilhados.

A ONU, criada em 1945, incorpora, por um lado, os ideais de justiça e de desigualdade. Por outro lado, as políticas de poder encontradas em suas estruturas, particularmente nos poderosos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, frequentemente significam que as grandes potências podem manipular o sistema em seu próprio benefício. A discussão sobre a África no âmbito da ONU consiste, portanto, em uma análise de como o continente procurou se transformar dentro da plataforma da ONU e negociar seus interesses, tendo um plano de fundo político dominado pelas grandes potências e pela busca africana por reconhecimento como um influente ator na política mundial. De acordo com McKay (1963, 1), a ascensão da África foi dramatizada para o mundo inteiro diante do tumulto na décima quinta sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Tal evento assinalou a primeira aparição de diversos líderes africanos, os quais foram recebidos por líderes mundiais e os quais, mais tarde, abordaram as questões de descolonização e o esforço antiapartheid nos debates da ONU. A África desempenhou um importante papel, junto a apoiadores da Ásia, da América Latina e do bloco soviético, no Grupo dos 77 (G77), e junto à China em questões de descolonização, apartheid e na promoção do

desenvolvimento socioeconômico.

Os Estados africanos se engajaram em esforços contra o colonialismo, o apartheid e a discriminação racial sob as plataformas da OUA, da ONU e de demais organismos, até que os vestígios destes maus fossem destruídos, seguidos da concessão de independência à África do Sul e da vitória da democracia no país. Ainda assim, a questão do Saara Ocidental sob o controle do Marrocos continua sendo uma questão problemática, que requer solução a fim de que se possa fechar o capítulo de descolonização no continente. Atualmente, a África proporciona à ONU 55 de seus 194 membros. Contudo, isso não quer dizer que os países africanos estejam sempre unidos. Uma das questões mais complicadas no que diz respeito às relações africanas no âmbito da ONU nos tempos recentes foi a fracassada reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 2004-2005. A falha na reforma da ONU em 2005 tem severas implicações. Um Conselho de Segurança reformado quase certamente daria à África uma maior presença no centro da mesa da diplomacia global, ajudando a assegurar isto com representações fortes e consistentes, de tal forma que o continente poderia buscar contrabalançar os excessos das grandes potências (P5) e assegurar que as preocupações securitárias da África estão sendo consideradas com maior seriedade. Isto é particularmente importante, dado que aproximadamente 60% das deliberações do Conselho dizem respeito ao continente e que, em 2009, aproximadamente 70% dos *peacekeepers* da ONU foram empregados na África.

A África e a Economia Política Global

A posição e o papel da África na economia global devem ser entendidos dentro de um determinado contexto. Desde o século XIX, a economia política africana foi deixada como marginalizada e altamente dependente de atores e forças externas. Estabeleceu-se que a África é bem-dotada em termos de materiais primários e de recursos naturais, ainda assim, a África continua ocupando um lugar frágil na economia global. Do século XVI ao XIX, a África assumiu um papel importante no crescimento e no desenvolvimento da economia mundial, embora apenas como uma fonte de trabalho escravo para plantações e minas organizadas por brancos no Novo Mundo. Durante o século XIX, o continente foi progressivamente transformado em uma fonte adicional de materiais primários industriais para as fábricas europeias, bem como um mercado para os bens produzidos por estas fábricas. Por volta da metade dos anos 1980, até o final dos anos 1990, a marginalização africana foi ampliada. O declínio da África teve dois lados. O primeiro aspecto, primariamente econômico, era o fato de

que a África não era mais vista como importante para os principais atores da economia internacional. Dessa forma, a África não era atraente para investidores, corporações multinacionais e bancos internacionais.

O segundo aspecto da marginalização africana era o fato de que, com o final da Guerra Fria, os países africanos se tornaram menos importantes, tanto política quanto estrategicamente, para as maiores potências mundiais. A África gerou uma declinante parcela do comércio mundial, e as principais *commodities* que ela produzia foram se tornando menos importantes ou estavam sendo produzidas por outros países em desenvolvimento. Os níveis de renda *per capita* e os níveis de crescimento africanos sofreram uma queda após a primeira crise do petróleo, em 1973, enquanto o percentual recebido de assistência oficial para o desenvolvimento em nível mundial cresceu de 17% para, aproximadamente, 38% em 1991 (Callaghy 2016, 40). A marginalização da África se tornou mais óbvia quando sua performance nas áreas de produção agrícola, no nível e na quantidade de investimento foi comparada com aquelas de outros países de baixa renda. Isso se mostrou particularmente verdadeiro no que diz respeito ao Sul da Ásia, o qual teve uma melhor performance que a África no mesmo período. Dado o cenário subsequente, entre os anos 1980 e 1990, a África se tornou mais dependente em relação a atores externos intrusivos. Nos anos 1980, a África tornou-se mais conectada à economia mundial mediante uma extrema dependência externa, principalmente em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. Essas instituições de financiamento público assumiram um papel-chave determinando e influenciando as políticas econômicas da África. Em 1974, o total da dívida africana correspondia a aproximadamente 14,8 bilhões de dólares, e, em 1992, ela cresceu para 150 bilhões de dólares, totalizando mais de 100% do PIB total (Callaghy 2009, 51). Em 1996, o FMI e o Banco Mundial haviam designado 41 Estados africanos como “Países Pobres Fortemente Endividados” (HIPC). Grande parte da dívida africana foi atribuída às instituições internacionais de financiamento, especialmente ao Banco Mundial e ao FMI, e resultou largamente de empréstimos associados a condições rigorosas.

A carga representada pela dívida externa e a conseqüente necessidade por câmbio externo tornou os Estados africanos muito dependentes de uma variedade de atores externos, os quais utilizaram sua influência para encorajar uma maior liberalização econômica e lançar condicionalidades de política econômica. A questão é que, após duas décadas de implementação do ocidentalizado “Programa de Ajuste Estrutural”, as economias africanas pioraram. A África não apenas criticou e buscou alternativas para o programa (AAF-SAP 1989), ela também questionou por completo o modelo de desenvolvimento ocidental, ou o chamado Consenso de Washington.

Parte das modificações do Programa de Ajuste Estrutural, baseado em registros escassos, correspondia à introdução da noção de boa governança e democracia. Devido às dramáticas mudanças políticas no mundo, entre 1989-90, e a busca por uma nova política externa para substituir a contenção (*containment*), os Estados Unidos transformaram a governança em uma condicionante política, focando na democracia e na sociedade civil. A nova condicionante, que se vinculava à econômica, criou um dilema para os países africanos, aos quais foram requisitadas reformas e a adoção de sistemas democráticos de governo.

No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, tornou-se claro que, se a África fosse abordar os problemas de pobreza, doenças – incluindo HIV/AIDS –, a infraestrutura em colapso, o retrocesso educacional e outros índices negativos, bem como atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio – agora Metas de Desenvolvimento Sustentável –, deveria haver uma mudança dramática na relação estratégica entre a África e os poderosos atores externos. Isso implicou uma forte campanha pelo perdão das dívidas, apoiada por grupos de advocacia e por ONGs internacionais, a qual parcialmente colaborou para a criação da Iniciativa Multilateral de Perdão da Dívida por parte dos Estados Unidos. Por volta de meados de 2007, o estoque da dívida de aproximadamente 30 países africanos, os quais haviam completado o processo conjunto dos “Países Pobres Fortemente Endividados” e da Iniciativa Multilateral de Perdão da Dívida, reduziu-se em 85%.

A Nigéria foi um dos países que se beneficiaram da campanha de perdão de dívidas. As dívidas interna e externa nigerianas, que consistiam em torno de 25 bilhões de dólares, em 1999, quando o governo Obasanjo assumiu o poder, subiram para 34 bilhões de dólares, no final de 2004. A dívida representou uma pesada carga para a Nigéria, sendo um grande obstáculo também para o desenvolvimento sustentável. O país estava gastando aproximadamente 1 bilhão de dólares anualmente para pagar a dívida, restando à Nigéria menos de 2 bilhões de dólares para cumprir com seus compromissos de desenvolvimento, especialmente na área de provisão de serviços e de infraestrutura para o desenvolvimento humano e o crescimento socioeconômico (Ogwu and Alli 2006, 11). A maior conquista da diplomacia de perdão da dívida do regime Obasanjo foi o acordo de dívida de outubro de 2005, o qual levou à saída da Nigéria do Clube de Paris. Este perdão de dívida oferecido à Nigéria totalizou 18 bilhões de dólares em dívidas, baixando o saldo de aproximadamente 12,4 bilhões de dólares para os credores durante um período de seis meses. Quando comparamos a posição da África no momento das independências e mais de meio século depois deste evento, torna-se possível visualizar que diversas mudanças

vêm ocorrendo no continente.

O continente não é mais descrito como o ‘Continente Obscuro’, uma causa perdida ou um continente sem esperanças. O Banco Mundial, bem como o Chefe do G8, declarou 2005 como sendo o “Ano da África”, como uma parcela de um movimento em direção a uma Década Africana. Isto consistiu no reconhecimento das melhorias da posição africana na política mundial. Comparado aos anos 1980, cuja taxa de crescimento era de 1,8% e cujo crescimento *per capita* era de -1,1%, a década de 90 trouxe 2,4% e 0,2%, respectivamente. Como contraste, os anos de 2000 a 2004 tiveram níveis de crescimento de 4,8% e de 1,6%. As exportações também cresceram de 0,0%, 5,0% e 3,7% para os três períodos, respectivamente. A taxa de crescimento para 2005 era de 5,3%, marcando um agudo aumento desde o crescimento fraco e volátil dos anos 1980 e 1990. Os fluxos de investimento direto estrangeiro também demonstraram uma melhora após 1999 (Callaghy 2009, 59). Dois terços do aumento líquido de 2 bilhões de dólares em investimentos diretos estrangeiros de 2006 ficaram concentrados em cinco países – Nigéria, Sudão, Angola, Guiné Equatorial e África do Sul. A causa de tal atração é o petróleo, o gás e os recursos minerais. Em grande medida, o fluxo extra de investimento vinha da crescente presença de potências econômicas emergentes, como a China e a Índia. O discurso sobre a África na economia global, dessa forma, deixou de ser de um ‘caso perdido’ e passou a tratar da ascensão africana.

Interesses das Grandes Potências nos Assuntos Africanos e as Relações da África com as Potências Emergentes

As principais potências presentes na África antes da Primeira Guerra Mundial, incluindo a Grã-Bretanha, a França, Portugal, a Bélgica, a Alemanha e a Itália, encontravam-se atraídos pelas dotações do continente, incluindo uma vasta lista de matérias-primas, recursos naturais e território. A partilha da África, o colonialismo e o imperialismo, os quais se tornaram elementos das narrativas sobre a África na política mundial, foram, em grande medida, produtos dos interesses das grandes potências. Amplamente falando, três razões principais podem ser associadas aos interesses das grandes potências na África, e estas podem ser categorizadas como político-estratégicas, culturais e econômicas. Enquanto os interesses econômicos foram demonstrados acima, as motivações políticas começaram com as rivalidades entre os Estados europeus pelo domínio no sistema internacional do século XVIII. As grandes potências acreditavam que possessões coloniais lhes conferiam prestígio e status. Ainda hoje, pode-se argumentar

que possessões e riquezas são responsáveis por conferir um grande nível de status àqueles que os possuem. Grandes países ainda competem por influência entre os Estados menores. A disputa entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética na época da Guerra Fria devia-se, parcialmente, à busca por liderança e por dominação nos assuntos mundiais. Além da satisfação psicológica de ser uma grande potência, a aquisição de uma colônia também fornecia uma grande reserva de poder humano para ser empregado em tempos de guerra. De acordo com o presidente Woodrow Wilson, “durante a Primeira Guerra Mundial, a guerra para fazer do mundo um lugar seguro para a democracia” aproximadamente 1 milhão de soldados descendentes de africanos lutaram no lado dos Aliados. Na Segunda Guerra Mundial, aproximadamente 2 milhões de africanos – e 1 milhão de afro-americanos – serviram, novamente, no lado daqueles que estavam lutando contra a tirania e a opressão.

As grandes potências, incluindo os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a Rússia e a Alemanha continuam a articular seu papel na África em termos de seus interesses estratégicos, os quais incluem o desejo ao acesso a recursos, mercados e rotas para navegação, bem como cálculos militares-estratégicos. Organizações internacionais, incluindo a ONU e suas agências, assim como instituições financeiras internacionais e instituições de governança, serviram para a promoção dos interesses dessas grandes potências, as quais continuaram a influenciar os Estados africanos. Dadas as dinâmicas da política mundial e considerando-se como plano de fundo a globalização, o mundo testemunhou a ascensão de novas potências econômicas, que buscaram engajar a África por motivos estratégicos. Com a entrada dessas potências, a África transformou-se em um terreno de competição entre as grandes potências e as emergentes do Sul, particularmente com a China e a Índia. A crescente competição pelo acesso aos recursos e mercados africanos foi descrita como a nova partilha da África.

O crescente envolvimento da China e da Índia na África recentemente é um dos desenvolvimentos mais importantes na região. Parece contradizer a ideia da marginalização africana nos assuntos mundiais e traz consequências econômicas e políticas significativas. O período desde o final da Guerra Fria, no qual se apontaria os Estados Unidos, a França e o Reino Unido como as únicas potências estrangeiras a terem um interesse substancial na África, mudou. A China e a Índia, assim como outras potências econômicas emergentes, consolidaram-se como atores de crescente influência no continente. A China e a Índia são comumente descritas como os próximos motores do crescimento econômico mundial.

A grande presença desses dois países no continente africano é agora amplamente reconhecida. Embora a presença indiana receba menos

atenção que a chinesa, ela é de importância crescente e substancial. Ao se referirem à reentrada das potências emergentes como a nova partilha da África, alguns analistas falharam em evidenciar quais podem ser as implicações da mesma para a África e para a economia política mundial. É importante ressaltar que a atração da China e da Índia em relação à África se dá em razão de questões comerciais e de investimentos, além de interesse em recursos estratégicos, como petróleo, gás e minerais sólidos (Obi 2010). Ambas potências emergentes se empenharam para um engajamento com a África, e o volume de comércio entre os dois países e o continente africano sofreu um considerável aumento na última década, com o valor de comércio entre a China e a África crescendo em uma média de 24% entre 1995 e 2007. O comércio total agora fica em um patamar de, aproximadamente, 74 bilhões de dólares em 2007 (Naidu 2010). O comércio bilateral entre a Índia e a África, por sua vez, aumentou de 967 milhões para 9,14 bilhões de dólares entre 1991 e 2005 e, durante o período de 1997-2017, as exportações africanas para a Índia dobraram. As atividades chinesas e indianas no continente têm três orientações principais: comércio, ajuda e investimento estrangeiro direto. Elas são inter-relacionadas – o comércio está fortemente relacionado à integração de investimentos africanos, chineses e indianos nas cadeias de valor globais, e, frequentemente, a oferta de ajuda por parte da China e da Índia está escorada no objetivo de busca de mercado.

Uma série de aspectos na arquitetura da economia política global colaborou para o engajamento da China e da Índia com a África. Mais importante, as transformações econômicas, tanto na China quanto na Índia, alargaram a demanda por recursos energéticos e por novos mercados consumidores para seus produtos. A melhoria dos sistemas financeiro e de transporte, das cadeias de suprimento, bem como da tecnologia de informação e comunicação, são outros importantes vetores que possibilitaram a escala do atual engajamento e o aumento no investimento estrangeiro direto de ambos os países, com a Índia investindo aproximadamente 1,8 bilhões de dólares em 2004, e a China, 1,3 bilhões de dólares em 2005 (Naidu 2010). Talvez um fator significativo nos crescentes rastros de investimentos chineses e indianos na África seja o fato de que a maioria dos Estados adotou os Programas de Ajuste Estrutural, com as medidas de austeridade do Banco Mundial e do FMI, as quais criaram as condições de mercado corretas para sua entrada e para o engendramento do mercado. Ademais, cabe ressaltar que ambos os países reconhecem que a África está passando por um período de crescente estabilidade política e de amplo crescimento, uma tendência que vem motivando sua expansão.

A fim de fortalecer e aprofundar suas relações com a África, as potências emergentes lançaram mão de plataformas diplomáticas, nos níveis

bilateral, regional e global. As reuniões do Fórum para Cooperação entre China e África, sediadas em Pequim de 10 a 12 de Outubro de 2000; Adis Abeba, de 15 a 16 de Dezembro de 2003; Pequim, de 3 a 5 de Novembro de 2006; Sharm el-Sheikh, Egito, de 8 a 9 de Novembro de 2009; Pequim, de 19 a 20 de Julho de 2012; Joanesburgo, África do Sul, de 4 a 5 de Dezembro de 2015, representaram as estratégias chinesas para o engajamento africano. Outras estratégias incluem plataformas bilaterais e regionais. O Fórum de 2015 elevou as relações Sino-Africanas de uma “parceria estratégica” para uma “parceria estratégica e de cooperação abrangente”. Durante a cúpula, o presidente chinês, Xi Jinping, foi além de sua tradição de duplicar seu comprometimento financeiro em relação à África, que se dava em cada reunião do Fórum. Desta vez, houve uma triplicação, com a garantia de investimentos totalizando 60 bilhões de dólares. A diferença deste novo comprometimento se baseia no fato de que ele foi amplamente definido como ‘investimento’, incluindo 5 bilhões de dólares para empréstimos a juros zero, 35 bilhões de dólares para empréstimos concessionais e crédito do investidor, e o restante como financiamento comercial. O portfólio diversificado passa uma série de mensagens: de que a China está mais confiante em relação ao futuro econômico da África; de que a China está se tornando mais agressiva em seu ingresso financeiro na África; e de que os ativos chineses na África tendem a crescer. No encontro do Fórum em Joanesburgo, o presidente chinês propôs 10 planos bastante abrangentes para a cooperação Sino-Africana, contemplando quase todos os aspectos de seus laços econômicos. Estes incluem: indústria, agricultura, infraestrutura, meio ambiente, facilitação do comércio, diminuição da pobreza e saúde pública. O plano se enquadra na política reajustada entre China e África desde a posse do presidente Xi. Notadamente, a capacidade de cooperação industrial e a complementaridade estratégica se tornaram duas palavras-chave para a aspiração econômica chinesa na África. Não há dúvidas de que a China tem interesse em transferir suas indústrias intensivas em mão-de-obra para a África. Esta capacidade de cooperação industrial deve ser complementada pelas exportações do excesso de capacidades chinesas, a fim de apoiar projetos africanos de infraestrutura e capacitação através de assistência técnica, treinamento vocacional e programas de bolsas. Isto, evidentemente, não vem de graça, e não se pode eliminar a possibilidade de um fluxo maior de população chinesa para o continente africano. O Fórum para Cooperação entre China e África representa, assim, uma importante plataforma para a China em suas interações com os líderes africanos.

Os indianos também utilizaram a plataforma diplomática em seu esforço para aprofundar relações com a África. Recentemente, a Índia tem reforçado consideravelmente seu envolvimento na margem africana do

Oceano Índico (Ganapathi 2014). Tal mudança de política externa resulta, em parte, do desejo indiano de competir com a crescente influência chinesa na África. Em 2004, a Índia lançou a Abordagem Técnico-Econômica para o Movimento Indo-Africano (Team-9), com oito parceiros colaborativos ricos em recursos energéticos, incluindo Senegal, Mali, Costa do Marfim e Gana, aos quais estendeu linhas de crédito totalizando 500 milhões de dólares (Singh 2007). Esse engajamento está, de fato, estrategicamente alinhado à segurança de recursos indiana e ao objetivo de desenvolver laços estreitos com países ricos em recursos, especialmente na África Ocidental, onde sua presença era negligenciável (Biswas 2016). Seu maior parceiro comercial na região é a Costa do Marfim. De maneira semelhante, a primeira Cúpula Índia-África ocorreu em Nova Délhi em abril de 2008, a segunda em Adis-Abeba em 2011, e a terceira novamente em Nova Délhi, onde “um modelo de amizade de iguais” foi apresentado, buscando diferenciá-lo do “modelo chinês de ‘dinheiro por minerais’” (Singh 2007, 6). O então Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, declarou, ao final do encontro de 2008, que “a Índia não está almejando competir com a China vis-à-vis sua influência na África” e que “a Índia não está em uma corrida contra a China”. Em 2013, 16% dos estoques de investimento estrangeiro direto da Índia estavam na África, enquanto o Brasil e a China tinham 9% e 0,8% de seus investimentos estrangeiros diretos no continente, respectivamente (UNECA e CII, 2015). Nas atuais condições da economia política global, a interdependência surgiu como um fenômeno central, que traz uma difusão de poder nas relações internacionais. Nesse sentido, a economia política global pode vir a criar um ambiente mais adequado ao multilateralismo, à emergência de instituições internacionais e à cooperação através da maior socialização dos Estados, das normas, regras e comunicação crescentes.

Relacionando-se isto ao engajamento chinês e indiano na África, e dada a recente característica e ritmo desta onda de engajamento, ambos países estão começando a definir o que são estas normas, regras e formas de comunicação. A ascensão sem precedentes da China e da Índia como forças de mercado emergentes representa uma série de desafios e oportunidades simultaneamente delicadas, complexas e abrangentes para o continente africano. Uma divisão efetiva no mundo em desenvolvimento se torna óbvia quando as características dessas duas grandes economias são observadas em relação a alguns países africanos. A China e a Índia levam adiante seus interesses particulares e jogam o jogo das economias em constituição na mesa de negociação internacional. Isso significa que, em razão de algumas economias africanas serem particularmente sensíveis à enorme competição com estes gigantes, elas, a partir de agora, tenderão a buscar uma posição de barganha mais concertada nas negociações comerciais com o mundo

desenvolvido. A mudança na arquitetura política global de poder, em grande medida levada a cabo pela Índia e pela China, permitiu esta situação e forneceu aos países em desenvolvimento uma maior autonomia para desenhar suas próprias políticas econômicas. Simultaneamente, isto trouxe desafios, demandando uma maior atuação dos tomadores de decisões econômicas africanos, e trouxe clareza acerca das estratégias de resposta africanas.

A África e os Desafios da Globalização

A África vem enfrentando uma série de desafios no que diz respeito ao fenômeno da globalização. O conceito e o processo da globalização são multifacetados e estão sujeitos a percepções variadas. Essencialmente, o conceito veio a se referir a uma gama de variáveis interdependentes. Enquanto a percepção dominante da globalização na Europa Ocidental e na América do Norte é a da existência de vastas oportunidades para o desenvolvimento econômico mundial e de significativas contribuições para a melhoria da condição de vida das pessoas, no Terceiro Mundo, especialmente nos países africanos, a percepção da globalização é de um perigoso processo que aumenta a desigualdade entre os Estados; um processo que aumenta a pobreza e sustenta o “desempoderamento” dos fracos. Mazrui (2001) vê a globalização como um processo tanto histórico quanto sociocultural. Como um conceito histórico e sociocultural, a globalização é, portanto, percebida como um movimento de pessoas, línguas, ideias, culturas e produtos ao redor do mundo. Não há dúvidas de que o conceito da globalização apresenta diversos desafios para a África. Mazrui também aponta que a globalização pode ser vista como um avançado modo de produção capitalista. Seu argumento é que a globalização representa um novo mecanismo material e ideológico mediante o qual as classes capitalistas controlam as economias e as sociedades do mundo. Se a globalização se relaciona a um determinismo tecnológico global, isso significa que a África está operando em um desnível com as economias desenvolvidas do mundo.

O grande desafio da globalização para a África é econômico. É senso comum o fato de que, hoje, a temática e a dialética do capitalismo não mudaram absolutamente. Nesse sentido, a globalização significa, basicamente, uma crescente integração – vertical e horizontal – das formações econômicas e sociais mundiais na economia capitalista mundial. Esse avanço em direção a uma crescente integração econômica global é impulsionado pelas potências econômicas dominantes do Ocidente, para seu próprio benefício. É nesta linha que podemos compreender o argumento de que a globalização fortalece os fortes e enfraquece os fracos. Nessa ordem

econômica globalizada, a África se vê com sérias desvantagens. As economias do continente são individual e coletivamente fracas em comparação com as economias dos Estados Unidos, da União Europeia ou até mesmo das economias emergentes da Ásia. Essa dominação econômica por parte das potências super-econômicas é mantida pela proclamação e pela promoção do livre-comércio, o qual funciona em benefício das economias mais fortes, em detrimento das economias do Terceiro Mundo, especialmente a África. Essa é a ordem econômica neoliberal, que conduziu o processo de globalização desde seus tempos iniciais e que está sendo promovida por instituições internacionais multilaterais, como o Banco Mundial, a OMC e o FMI (Asogwa 2011).

A África se encontra seriamente marginalizada e em desvantagem em um mundo globalizado. Um desafio relacionado ao que foi acima mencionado diz respeito à disseminação de tecnologia e de informações. A tecnologia move a globalização. A economia africana é largamente de substituição de importações e uma economia consumidora, que produz produtos primários e consome produtos finalizados da Europa, da América e da Ásia. A África é tecnologicamente muito dependente das forças externas ao continente. Essa dependência não resulta de uma falta de habilidade, mão-de-obra ou recursos para desenvolver as capacidades africanas, mas deve-se, sobretudo, a situações político-sociais que não permitem que isto aconteça. O resultado disso é que a energia, a inteligência e a criatividade africanas estão sendo empregadas para o desenvolvimento de outras sociedades, que não as da África. Em razão do avanço das informações e da tecnologia de comunicação, a África foi submetida ao consumo de informações e de culturas estrangeiras em detrimentos das suas próprias. Na realidade, os efeitos da globalização na África são enormes.

O Futuro da África nas Relações Internacionais

Continua a haver interesse crescente nos desafios de desenvolvimento da África e nas futuras perspectivas para o continente. A revista *The Economist*, que, em 2000, descreveu o continente como um ‘caso sem esperanças’, em 2011 publicou uma edição sobre *A Ascensão Africa – O continente de esperanças* (*The Economist* 3 de Dezembro, 2011). A narrativa da África na política mundial, hoje, não é apenas sobre o *boom* de *commodities* que se deu de 1997 a 2007 – que compreende grande parte deste comentário positivo –, mas também se refere ao engajamento da África com os novos parceiros emergentes. As relações internacionais da África se expandiram para além de um engajamento com as grandes potências, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, para incluir potências

emergentes, como a China e a Índia, que também auxiliaram a estimular o crescimento econômico. O discurso acerca da ascensão africana é também impulsionado pela vasta quantidade de recursos encontrados no continente. Estes recursos cruciais são vistos pelas potências emergentes como estrategicamente necessários para impulsionar seus próprios crescimento e modernização industrial. Além de recursos naturais, o envolvimento dessas novas potências econômicas na África abrange diversos setores, como infraestrutura, tecnologia de informação e comunicação, agricultura e finanças, com o capital estatal abastecendo aquisições, no caso da China, e intensificando o engajamento do setor privado, no caso da Índia.

Na última década, a África iniciou um novo capítulo, política e economicamente. Conflitos diminuíram em alguns países, como em Moçambique, em Angola e em Ruanda, e surgiram em outros. Há uma renovada onda de democracia, com 30 países conduzindo processos democráticos no período entre meados dos anos 1990 a 2008, enquanto que, nos anos 1980, não havia mais que quatro governos democraticamente eleitos. Golpes de Estado não são tão frequentes quanto eram no período pós-independência, uma vez que a UA condena fortemente mudanças inconstitucionais de governo. De um modo geral, o futuro da África parece melhor que seu passado (Perry 2012). Na frente econômica, por exemplo, o PIB coletivo africano em 2008 é dito como muito similar ao PIB do Brasil ou da Rússia, em 1,6 trilhões de dólares, quase que dobrando os números de uma década atrás. Com um gasto combinado de consumo de aproximadamente 860 bilhões de dólares durante o mesmo período, e projetado para crescer para 2,6 trilhões até 2020, não há dúvidas de que a África segue uma trajetória de progresso. O rápido crescimento do índice de urbanização, embora tenda a gerar mais desafios relacionados à infraestrutura e a aumentar o fardo de instalações insuficientes de saúde, suprimentos de água e infraestrutura rodoviária, é um sinal de futuro dinamismo no continente, especialmente se os níveis de crescimento se mantiverem e se mais fluxos de investimentos se dirigirem ao continente. Apesar destas melhorias na estrutura econômica africana, as condições fundamentais que asseguram crescimento de longo prazo, incluindo uma adequada estrutura de governança e instituições legais, burocráticas e de mercado que funcionem bem, ainda estão ausentes ou são fracas em vários países. Desafios mais recentes, como o terrorismo, a proliferação de armas leves e de baixo calibre, o tráfico de drogas e sequestros, também emergiram.

Há alguns anos, o surto da doença derivada do vírus Ebola, em algumas partes da África, particularmente na Libéria, em Serra Leoa e na Nigéria, revelou os débeis sistemas de saúde destes países. Ainda existem inúmeras restrições para o desenvolvimento da África: a corrupção, questões

relacionadas à fraca governança, um espaço limitado para a sociedade civil, um parco clima para negócios, estrangulamentos de infraestrutura, dependência de uma série de produtos, dependência dos mercados tradicionais, capital humano subdesenvolvido e uma infraestrutura social fraca. Indubitavelmente, a riqueza de recursos africanos pode ser uma bênção para o continente. Relações políticas e econômicas envolvendo recursos e desenvolvimento continuam a evoluir entre diversos países africanos e potências emergentes, como o Brasil, a Índia, a Rússia, a Turquia e a Coreia do Sul. Contudo, as lideranças africanas precisam gerenciar essas parcerias de modo responsável e com o objetivo de promover desenvolvimento para a população africana. Se a África percebesse sua capacidade de barganha, ela poderia melhor alavancar suas relações com as potências antigas e emergentes, como China e Índia, para alcançar muito mais para o seu próprio crescimento e desenvolvimento.

No que diz respeito ao papel da África na ONU, é evidente que o número de países africanos na ONU não se expandiu apenas em número, mas também no que tange a questões que ajudam a unir o mundo. Nas últimas seis décadas, mediante a plataforma da ONU, a África declarou guerra contra o colonialismo, o subdesenvolvimento, abusos de direitos humanos e insegurança, bem como auxiliou, nas palavras de Nkrumah, a trazer a ‘personalidade africana para os assuntos mundiais’. Essencialmente, isto ajudou a humanizar o corpo mundial, marcando uma mudança na política internacional de políticas puramente de poder das grandes potências para uma que se viu forçada a abordar e promover as necessidades socioeconômicas do lado mais pobre do mundo. Não há dúvidas de que a questão da pobreza está no cerne das metas de desenvolvimento sustentável. Ainda assim, os países africanos devem levar em consideração o fato de que não haveria um mundo de opinião moral, nem os meios para expressá-la, se a ONU não existisse. A ONU é um campo de batalha de ideias, uma plataforma para a promoção de interesses políticos, sociais e econômicas das nações do mundo, onde os fortes continuam se promovendo e onde as nações fracas também tem seu direito de fala.

Considerações Finais

Neste artigo, discutimos a África na política mundial e argumentamos que o continente nunca existiu isolado da política mundial, mas esteve inevitavelmente envolvido nas dinâmicas e no fluxo de eventos e de configurações alternantes de poder global. O artigo também apontou que a questão da posição e do papel da África na política mundial foi sujeito a várias interpretações – entre *Afro-pessimistas* e *Afro-otimistas*. Apesar das

diversas interpretações da África na política mundial, a realidade é que os assuntos africanos contribuem para moldar o mundo, e a África, por sua vez, está sendo moldada pelos acontecimentos globais. A África tem um lugar estratégico no mundo (Clark 2013). Ela dispõe de enormes recursos naturais, incluindo petróleo e gás, minerais sólidos e rica terra arável para a produção agrícola, bem como mercados que atraíram as grandes potências que partiram, colonizaram e moldaram a história do continente. Novas potências econômicas se encontram igualmente atraídas pelos vastos recursos e mercados do continente. Assim como o mundo modela os assuntos africanos, seus assuntos também afetam o mundo. A África é também um importante fator na política mundial. Ela é estratégica no mundo – a África está assentada no meio de três das mais importantes rotas de comércio: os oceanos Atlântico e Índico e o mar Mediterrâneo. Seus 55 Estados representam aproximadamente um quarto de todos os votos dentro do sistema da ONU. Ainda assim, a maioria dos Estados africanos exerce pequena influência nas relações mundiais em razão de seus fracos sistemas político e econômico e de suas capacidades militares limitadas. Na busca de soluções Pan-Africanistas para os problemas de liderança e de governança, desafios de desenvolvimento, pobreza, conflitos, terrorismo e muitos outros, a África deve agir unida e buscar engajar a comunidade internacional em seus próprios termos, como um ator de igual importância na política mundial. A relação entre a África e a comunidade internacional deve igualmente passar por uma mudança. As relações entre a África e o resto do mundo devem ser enraizadas nos princípios de igualdade das nações e dos povos, na colaboração mútua para interesses mútuos e no respeito pela habilidade e pelo direito dos africanos para liderar sua própria mudança.

REFERÊNCIAS

- Adebajo, Adekeye. 2010. *The Curse of Berlin, Africa after the Cold War*. Scottsville: University of Kwa-Zulu Natal Press.
- Asogwa, Felix Chinwe. 2011. *Africa and the Challenges of Globalization: A Critical Appraisal of the Relevance of Pan-Africanism*. <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/21-40/panel-30/Asogwa-Felix-Chinwe-Full-paper.pdf>.
- Biswas, Aparajita. 2016. "India's Energy Security Issues and Africa Oil". In *India and Africa: Common Security Challenges for the Next Decade*, edited by Ruchita Beri, 106-121. New Delhi: Institute of Defense Studies and Analysis and Pentagon Press.

- Callaghy, Thomas M. 2016. "Africa and the World Economy: Still Caught Between a Rock and a Hard Place?" In *Africa in World Politics: Reforming Political Order*, edited by John W. Harbeson and Donald Rothchild, 39-71 (Sixth Edition). Boulder: Westview Press.
- Clark, Duncan. 2013. *Africa's Future: Darkness to Destiny- How the Past is Shaping Africa's Economic Evolution*. London: Profile Books.
- Ganapathi, M. 2014. "India-Africa Partnership". In *India and Africa: Enhancing Mutual Engagement*, edited by Ruchita Beri. New Delhi: Institute for Defense and Analyses.
- Ikome, F. Nguendi. 2012. Africa's International Borders as Potential Sources of Conflict and Future Threats to Peace and Security, (Paper No.233). Pretoria: Institute of Security Studies.
- Marx, Karl. 1867. Chapter Thirty-One: Genesis of the Industrial Capitalist. *Das Kapital: Volume 1*,
- Mazrui, Ali. 2001. Pan-Africanism and the Origins of Globalization. Lecture Delivered at Dubois Centre, Ghana.
- McKay, Vernon. 1963. *Africa in World Politics*. New York: Harper and Row.
- Naidu, Sanusha. 2010. India's African Relationship in the Shadow of China?' In *The Rise of China and India in Africa*, edited by Cheru Fantu & Obi Cyril, 34-49. Uppsala: The Nordic Africa Institute.
- Obi, Cyril. 2010. "African Oil in the Security Calculations of China and India". In *The Rise of China and India in Africa*, edited by Cheru Fantu & Obi Cyril, 181-192. Uppsala: The Nordic Africa Institute.
- Ogwu, U.Joy and Alli, Warisu O. 2006. *Debt Relief and Nigeria's Diplomacy*, (eds.). Lagos: Nigerian Institute of International Affairs.
- Perry, Alex. 2012. Africa Rising – It is the World's Next Economic Powerhouse, But Huge Challenges Lie Ahead. *Time Magazine*, December 3, 2012.
- Singh, Sushant K. 2007. India and West Africa: A Burgeoning Relationship. *Chatham House Briefing Paper*, AFP/ASP BP 07/01.
- Taylor, Ian and Williams, Paul. 2004. "Introduction: Understanding Africa's Place in World Politics." In *Africa in World Politics: External Involvement on the Continent*, edited by Ian Taylor and Paul Williams, 1-22. New York: Routledge,
- The Economist, 13 May, 2000
- The Economist, December 3, 2011 Africa Rising, The hopeful continent,
- Thompson, Alex 2010. *An Introduction to Africa Politics*. London: Routledge
- UNECA 1989. *The African Alternative to Structural Adjustment Programme*

for Socio-economic Recovery and Transformation (AAF-SAP). Addis Ababa: UNECA.

UNECA and CII, 2015. *Africa-India: Facts and Figures*. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa and Confederation of Indian Industries.

Zartman, I. William. 1995. *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Boulder: Lynne Rienner.

RESUMO

Os assuntos africanos contribuem para moldar o mundo, e a África, por sua vez, está sendo moldada pelas dinâmicas dos processos e das estruturas internacionais. A posição e o papel da África na política mundial tem sido objeto de várias interpretações, entre *Afro-pessimistas* e *Afro-otimistas*. O objetivo deste artigo é examinar, a partir de uma perspectiva histórica, a África nas relações mundiais, da escravidão ao colonialismo; soberania, Estados africanos e a política mundial; a África e a economia política global; a África e as organizações internacionais, particularmente a ONU; as relações africanas com as potências econômicas tradicionais e emergentes, e o futuro da África na política mundial. Os estudos sobre os assuntos africanos devem levar em consideração a realidade histórica da emergência da África no sistema mundial, sua existência e os elementos de continuidade e de transformação nas relações entre os Estados africanos e o resto do mundo. As relações internacionais da África se expandiram para um engajamento para além das grandes potências, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, para incluir potências emergentes, como a China e a Índia. Dessa maneira, a narrativa sobre a África está gradualmente mudando de um continente sem esperanças para uma ideia de ascensão africana. Dados estes desenvolvimentos, a África deve agir como uma unidade ao abordar seus diversos desafios, devendo buscar engajar a comunidade internacional como ator igualmente importante na política internacional. O artigo recomenda que a relação entre a África e a comunidade internacional deve igualmente passar por uma mudança. Esta relação deve ser enraizada nos princípios de igualdade das nações e dos povos, na colaboração mútua por interesses mútuos e no respeito pela habilidade e pelo direito dos africanos para liderar sua própria mudança.

PALAVRAS-CHAVE

África; União Africana; relações mundiais.

*Recebido em 04 de agosto de 2017.
Aprovado em 20 de dezembro de 2017.*

Traduzido por Rafaela Fioreze